



Anais da Assembléia

Nº 80

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE JUNHO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 11.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1995
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezesseis horas e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhorni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há expediente a ser lido.
 Passa-se à

ORDEM DO DIA,
 com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/95, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), visando atender financeiramente a gerência das casas rurais agora denominadas de ca-

sas de campo, no que se refere ao custeio em 1995, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 75, de 22.06.95 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 232/95

P A R E C E R:

Para exame desta Comissão, projeto de lei da iniciativa do Senhor Chefe do Poder Executivo, que tem por objetivo a abertura de crédito suplementar no valor de um milhão de reais, visando atender financeiramente a gerência das Casas Familiares Rurais, agora denominadas Casas de Campo, no que se refere ao custeio do exercício presente.

A abertura do crédito está dentro do previsto no Orçamento Estadual vigente - orçamento da Secretaria de Estado da Educação - aprovado pela Lei nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994 e, o art. 2º do projeto de lei indica o recurso para cobertura do crédito suplementar pleiteado, requisitos esses que atendem as exigências constitucionais: Federal, arts. 165, § 8 e 167, V, e Estadual, art. 135, V.

O processo tem condições de merecer o exame plenário desta Casa, sendo o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.06.95.

(aa) JOEL COIMERA - Presidente
 WALMOR TRENTINI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 232/95

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 039/95, tem o presente a finalidade de aprovar a abertura de crédito suplementar no valor R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, conforme especifica.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos legal, constitucional e regimental.

Chamada a opinar, esta Comissão não encontrou nenhum impedimento à sua normal tramitação, mesmo porque, na própria justificativa do projeto citado, percebemos o esclarecimento que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão, conforme Anexo II.

Sendo assim, emitimos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
 DOUTOR ROSINHA - Relator

ITEM 02

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

233/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/95, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.700.000,00 (hum milhão e setecentos reais), ao vigente orçamento da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, visando atender despesas com instalação, reforma e adaptação da sede e aquisição de equipamentos para Rádio e Televisão Educativa do Paraná, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.F.. (Publ. no D.A. nº 75, de 22.06.95 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 233/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 040/95, tem por objetivo aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.700.000,00 ao vigente orçamento da Rádio e Televisão Educativa do Paraná.

Na justificativa governamental vemos que os recursos de cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e visa atender despesas com instalação, reforma e adaptação da sede e aquisição de equipamentos para Rádio e Televisão Educativa do Paraná.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa obstar a tramitação da proposição em tela nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSE TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 233/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 040/95, objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.700.000,00 (hum milhão e setecentos mil reais), ao vigente orçamento da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, conforme específica.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos legal, constitucional e regimental.

No que compete a esta Comissão, não encontramos nada que impeça seu andamento nesta Casa de Leis, mesmo porque na justificativa governamental, consta que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e visa atender despesas com instalação, reforma e adaptação da sede e

aquisição de equipamentos para a Rádio e Televisão Educativa do Paraná.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para justificar: nesta Sessão vota-se a constitucionalidade dos projetos.

Haverá uma nova Sessão e é evidente que é constitucional, pois suplementações é matéria de competência do Executivo, razão pela qual não encaminharemos nenhuma discussão a respeito e reservamo para amanhã algum questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 235/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/95, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 160.246,00 (cento e sessenta mil, duzentos e quarenta e seis reais), ao vigente orçamento próprio da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 75, de 22.06.95 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 235/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei nº 235/95, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 043/95, aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 160.246,00 (cento e sessenta mil, duzentos e quarenta e seis reais), ao vigente orçamento próprio da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e juricidade do mesmo, apresentamos nosso parecer favorável para sua tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO BELINATTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 235/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 043/95, objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 160.246,00 (cento e sessenta mil, du-

zentos e quarenta e seis reais), ao vigente orçamento próprio da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão nada encontrou que impeça sua normal tramitação, mesmo porque, na própria justificativa governamental, constatamos que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial, no exercício de 1994, desta entidade.

Sendo assim, emitimos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 044/95, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado de Esporte e Turismo visando atender despesas com execução de obras de sistema de ar condicionado e de prevenção contra incêndio e dar cobertura orçamentária a despesas correntes, despesas com pessoal e investimentos, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 75, de 22.06.95 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 236/95

P A R E C E R:

A Mensagem Governamental nº 044/95 capeia projeto de lei que visa a necessária autorização legislativa para abertura de crédito suplementar no valor de um milhão e quinhentos mil reais, para a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, com vistas a atender com execução de obras do sistema de ar condicionado e de prevenção contra incêndios e ainda, dar cobertura a despesas correntes com pessoal e investimento.

O projeto de lei em exame tem o seu respaldo legal na Constituição Federal, arts. 165, § 8º e 167, V, e na Constituição do Estado, art. 135, V. Ambas exigem, para a abertura de crédito suplementar, prévia autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes.

O Art. 2º do projeto de lei aponta os recursos para cobertura do crédito, que são os decorrentes de cancelamento de dotação da chefia do Poder Executivo.

Examinando-se o processo, verifica-se que o mesmo possui condições legais e constitucionais para seguir seu trâmite

regimental, sendo o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.06.95

(aa) JOEL COIMERA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 236/95

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 044/95, objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, conforme especifica.

A presente proposição já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão, de acordo com o art. 33, § 3º, do Regimento Interno desta Casa, manifestamo-nos favoravelmente, tendo em vista que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da chefia do Poder Executivo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

ITEM 03

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 234/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 042/95, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 419.489,00 (quatrocentos e dezenove mil, quatrocentos e oitenta e nove reais), aos vigentes orçamentos próprios da Paraná Esporte e da Paraná Turismo, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 75, 22.06.95 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 234/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei nº 234/95, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 042/95, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 419.489,00 (quatrocentos e dezenove mil, quatrocentos e oitenta e nove reais), aos vigentes orçamentos próprios do Paraná Esporte e da Paraná Turismo, conforme especifica.

Após análise da proposta, constatamos que esta não fere qualquer dispositivo constitucional, legal e regimental.

Pelos motivos acima expostos, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26.05.95

(aa) JOEL COIMERA - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 234/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n° 042/95, que objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 419.489,00 (quatrocentos e dezenove mil, quatrocentos e oitenta e nove reais), aos vigentes orçamentos próprios do Paraná Esporte e da Paraná Turismo, conforme especifica.

Sobre a matéria, constatamos já existir parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Na justificativa governamental, consta que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1994, da extinta SETUR, a qual deu origem às referidas entidades.

Diante do exposto, somos compelidos a manifestar nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 237/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 045/95, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 8.771.858,00 (oito milhões, setecentos e setenta e um mil, oitocentos e cinquenta e oito reais), aos vigentes orçamentos próprios das Universidades Estaduais de: Londrina, Maringá, Centro-Oeste, Oeste do Paraná, Faculdades Estaduais de: Cornélio Procopio, Jacarezinho, Apucarana, Educação Física de Jacarezinho, Direito do Norte Pioneiro, Campo Mourão, Artes do Paraná, Paranavaí e União da Vitória, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 75, de 22.06.95 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 237/95

P A R E C E R:

Iniciativa do Senhor Governador do Estado, a proposição em tela visa obter a necessária autorização legislativa para a abertura de crédito suplementar, no valor de oito milhões, setecentos e setenta e um mil, oitocentos e cinquenta e oito reais, aos vigentes orçamentos próprios das Universidades e Faculdades Estaduais que especifica.

A matéria é disciplinada pela legislação constitucional: Federal nos arts. 165, § 8, e 167, V; e Estadual no art. 135, V. Prévia autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes, são requisitos

legais essenciais e cumpridos no projeto de lei em exame.

Diante do atendimento dos preceitos legais e constitucionais, nada obsta o normal trâmite regimental do processado.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 26.06.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 237/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 8.771.858,00 (oito milhões, setecentos e setenta e um mil, oitocentos e cinquenta e oito reais), aos vigentes orçamentos próprios das Universidades Estaduais, conforme especifica.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, conforme preceitua o § 3º, do art. 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, manifesta-se favoravelmente, tendo em vista que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de superávits financeiros apurados nos balanços patrimoniais no exercício de 1994, destas entidades.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 27.06.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 238/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 047/95, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Guaraci o imóvel de propriedade do Estado, situado no Distrito de Bentópolis, naquele município, com área de 4.000,00 m² (quatro mil metros quadrados), e confrontações que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A n° 75, de 22.06.95 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 238/95

P A R E C E R:

Iniciativa do Senhor Governador do Estado, a proposição em tela tem por objetivo a autorização desta Casa Legislativa para que possa o Poder Executivo ceder em caráter de utilização gratuita ao Município de Guaraci, o imóvel do patrimônio público do Estado, localizado no Distrito de Bentópolis, conforme especificado no art. 1º do projeto de lei.

A Mensagem Governamental n° 047/95 es-

clarece os motivos que levam à cessão do imóvel em questão, que atende os interesses da administração, considerando que será a área utilizada para manutenção e ampliação de uma creche.

A Constituição Estadual, em seu art. 10, dispõe quanto à utilização gratuita dos bens imóveis do Estado, que somente poderão ser feitos "mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno ..."

Pelo exame do projeto de lei e mensagem, verifica-se que os requisitos legais e constitucionais foram atendidos e que não existe impedimento a que o processo siga o seu trâmite regimental.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 26.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 238/95

P A R E C E R:

De iniciativa do Poder Executivo, o Projeto de Lei n° 238/95, oriundo da Mensagem Governamental n° 047/95, tem por objetivo a autorização deste Poder Legislativo para ceder em caráter de utilização gratuita, ao Município de Guaraci, o imóvel do Patrimônio Público do Estado, localizado no Distrito de Bentópolis, conforme especifica o artigo 1° do projeto de lei em análise por esta Comissão.

Analisando o parecer emitido pela douta Comissão de Constituição e Justiça, bem como o projeto de lei em pauta, esta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações não encontra nada que possa impedir a sua normal tramitação, o que nos leva a dar o nosso parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26.06.95.

(aa) GERALDO CARTARIO - Presidente
RENY BORSATTO - Relator

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 239/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 048/95, que objetiva alterar os Anexos I e III, do art. 2°, da Lei n° 7.047, de 21 de novembro de 1978, já modificados pela Lei n° 10.956, de 15 de dezembro de 1994, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S. e C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 75, de 22.06.95 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 239/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 048/95, objetiva alterar os Anexos I e III, do

art. 2° da Lei n° 7.047, de 21/11/78, já modificados pela Lei n° 10.956, de 15/12/94.

O objetivo da proposição é a transformação de 28 vagas do Quadro e Qualificação dos Policiais Masculinos para o Quadro e Qualificação dos Policiais Militares Femininos, visando com isso, ajustes na ascensão profissional do efetivo feminino da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Justifica o Senhor Governador que não haverá aumento de efetivo na Corporação, e que transformação destas vagas não causará problema orçamentário ao Estado, uma vez que tais vagas foram previstas quando da promulgação da Lei n° 9.507, que alterou o art. 1° da Lei n° 7.047, de 21 de novembro de 1978.

Ao analisar os aspectos constitucionais, legal e regimental da proposição, a Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSE TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 239/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem n° 048/95, objetiva alterar os Anexos I e III, do art. 2° da Lei n° 7.047, de 21/11/78, já modificados pela Lei n° 10.956, de 15/12/94.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

O objetivo do projeto de lei é transformar 28 vagas do Quadro de Qualificação dos Policiais Masculinos da Polícia Militar do Estado do Paraná para o Quadro de Qualificação dos Policiais Militares Femininos, no sentido do ajuste da ascensão profissional do efetivo feminino da Polícia Militar de nosso Estado.

Chamada a opinar de acordo com o § 3° do art. 33, do Regimento Interno, esta Comissão de Finanças, emite seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA
PROJETO DE LEI N° 239/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo Estadual, tem como objetivo estabelecer a transformação de 28

vagas do Quadro de Qualificação dos Policiais Masculinos da Polícia Militar do Estado do Paraná para o Quadro de Qualificação dos Policiais Militares Femininos, no sentido do ajuste da ascendência profissional do efetivo feminino da Polícia Militar de nosso Estado.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, eis que o equilíbrio e a isonomia de carreira entre Policiais Militares masculinos e femininos é condição indispensável para o bom andamento da Corporação. Outrossim, é cada vez maior a relevância do serviço prestado pelas Policiais Militares do Estado do Paraná.

Militam ainda a favor do presente projeto de lei a inexistência de sobrecarga adicional para os cofres públicos do Estado face a medida aprovada; pelo contrário, a relação custo-benefício, no presente caso, aponta para o equacionamento favorável no sentido do atendimento ao bem comum.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 26.06.95

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

ANGELO VANHONI - Relator

O SR. IRINEU COLOMEO (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, apenas para registrar: ontem à tarde ouvimos uma excepcional palestra na Comissão Especial do MERCOSUL, proferida pelo Sr. José Pío Martins, Diretor Financeiro da IPACEL e Presidente da Empresa MANGATU, do Paraguai, o qual nos brindou com uma excelente explanação. Pudemos contar com a presença de todos os Deputados da Comissão Especial do MERCOSUL.

E ressaltar ainda com relação à questão do MERCOSUL, que com a ausência da Mesa Executiva, hoje acabamos de fazer uma assinatura do New Paper MERCOSUL, que é uma informação diária, para todos os Deputados da Comissão e que será repassada aos demais Deputados que assim o desejarem. São informações diárias dos principais jornais do Brasil e dos países do MERCOSUL.

E para amanhã, em nome da Comissão da Agricultura e também em nome da Comissão de Terras, convocados pelos Presidentes Augustinho Zucchi e também Nereu Moura, teremos uma oitiva com o Sr. Petrus Habid, ex-Procurador Geral do INCRA do Paraná, que vai expor sobre o problema levantado de uma série de denúncias de indenizações superfaturadas, por parte do INCRA, no Estado do Paraná.

Teremos então reunião, amanhã, às 09:30 horas da manhã e estão convidados todos os Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antibal Khury) - Nada

mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, para logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238 e 239/95.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 12.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Valdir Rossoni, Luiz Cláudio Romanelli, Carlos Simões, Toti Colação, Nelson Justus, Antonio Annibelli, Edgard Bueno, Geraldo Cartário, Walmor Trentini, Eduardo Trevisan, Basílio Zanusso, Florisvaldo Fier. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovada a ata da reunião anterior e o termo da ata, após colocá-las em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Resolução n.º 12/95 do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 02) Projeto de Lei n.º 362/93 do Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Cláudio Romanelli - APROVADO; 03) Projeto de Lei n.º 219/95 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Cláudio Romanelli - APROVADO; 04) Projeto de Lei n.º 220/95 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Cláudio Romanelli - APROVADO; 05) Projeto de Lei n.º 182/95 do Deputado Toti Colação. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 06) Projeto de Lei n.º 251/95 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 07) Projeto de Lei n.º 08/95 do Deputado Florisvaldo Fier. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado José Tavares - APROVADO; 08) Projeto de Lei n.º 230/95 do Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL com emenda anexa, do Deputado Toti Colação - APROVADO; 09) Projeto de Lei n.º 222/95 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colação - APROVADO. O Deputado Eduardo Trevisan

manifesta sua vontade de assinar junto com o autor do projeto. 10) Projeto de Lei n° 165/95 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 228/95 do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 12) Projeto de Lei n° 210/95 do Deputado João Techy Filho. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Florisvaldo Fier; 13) Projeto de Lei n° 214/95 do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 14) Projeto de Lei n° 204/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 15) Projeto de Lei n° 195/95 dos Deputados Anibal Khury e João Techy Filho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 16) Projeto de Lei n° 250/95 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 17) Projeto de Lei n° 249/95 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 18) Projeto de Lei n° 231/95 do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 19) Projeto de Lei n° 203/95 do Deputado Péricles Mello. O Deputado Antonio Annibelli, Relator, requer diligência - DEFERIDO; 20) Projeto de Lei n° 217/95 do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 21) Projeto de Lei n° 172/95 do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 22) Projeto de Lei n° 102/95 do Deputado Caíto Quintana. O Deputado Emerson Nerone, Relator, requer diligência - DEFERIDO; 23) Projeto de Lei n°

163/95, do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 24) Projeto de Lei n° 205/95 do Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 25) Projeto de Lei n° 197/95 do Deputado Eduardo Trevisan. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Geraldo Cartário; 26) Projeto de Lei n° 103/95 do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO, com voto separado do Deputado Emerson Nerone (Parecer FAVORÁVEL na forma de emenda anexa, do Deputado Basílio Zanusso); 27) Projeto de Lei n° 206/95 do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 28) Projeto de Lei n° 180/95 do Deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 29) Projeto de Lei n° 215/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Edgard Bueno - APROVADO; 30) Projeto de Lei n° 175/95 do Deputado Marquinhos Alves. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 31) Projeto de Lei n° 169/95 do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado EDUARDO TREVISAN - REJEITADO, será designado novo relator. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMERA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária